



GOVERNO LULA 3 E AS FORÇAS ARMADAS

Enquanto uns fingem que mandam, outros fingem que obedecem. E assim a tutela militar sobrevive com um, pelo “braço forte” na segurança; com outro, pela “mão amiga” no desenvolvimento.

Por Ana Penido, Ananias Oliveira, Carla Teixeira, Jorge Rodrigues, Pollyana Andrade, Suzeley Mathias e Rodrigo Lentz

Depois da ampla adesão de oficiais das Forças Armadas ao governo Bolsonaro, a apertada derrota eleitoral em outubro de 2022 acentuou a relação de antagonismo das Forças Armadas (FA) com a coalizão democrática que saiu vencedora. Mais do que isso, saltitavam evidências de insubordinação da cúpula militar ao resultado eleitoral e ao novo governo, contribuindo para o clima de conspiração para um golpe de Estado.

O 8 de Janeiro (8J) sepultou as dúvidas quanto à participação de generais e coronéis na intentona bolsonarista, tornando o cenário mais tenso e incerto. Por isso, além da área econômica e do Congresso, a relação com os militares completava os três principais desafios domésticos do primeiro ano de governo.

Passado um ano, o quadro é outro: comandantes das três forças fazem demonstrações de subordinação e obediência a Lula, que é recebido como comandante-em-chefe em almoços e solenidades militares nos quartéis. Além disso, o perfil do militar “apolítico” e estritamente “cumpridor de suas missões constitucionais” é exaltado pelos comandantes, com gestos públicos de desmobilização política da caserna. Nenhuma unidade militar se sublevou.

Por outro lado, o governo tem recebido diversas críticas. Ao optar pelo apaziguamento via capitulação com o generalato, preservando espaços de poder os militares no Estado, teria perdido uma oportunidade histórica de adoção de medidas que melhorassem a correlação de forças visando abrir caminho para reformas na relação com os militares. Com a imagem comprometida por escândalos de corrupção envolvendo altos oficiais durante o governo Bolsonaro e na tentativa de golpe, as Forças Armadas estariam em sua situação mais frágil desde 1985, quando tombou por acordo a ditadura dos generais.

Afinal, os militares de fato deixaram de ser uma ameaça ao governo e à democracia? Como está essa correlação de forças? E quais as consequências de médio prazo dessa relação na disputa pelo poder político para o campo progressista no Brasil?

É com essas inquietações que, após um ano do 8 de janeiro, apresentamos esta breve análise. Boa leitura!



Espectro do golpe e acomodação do partido militar

Nem parece que foi ontem, mas o período de transição para o governo eleito foi trepidante com os militares: acampamentos da “família militar” em frente aos quartéis clamavam por um golpe de Estado liderado pelo Exército; no comando das Forças, nota pública de apoio aos familiares acampados, críticas veladas ao Poder Judiciário e ausência de reconhecimento do resultado eleitoral, alimentando a narrativa golpista. Além disso, titulares do Ministério da Defesa (MD) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) se recusavam a fazer a transição, assim como os então comandantes em conversar com representantes do governo eleito. Ao final, a Defesa foi a única área a ficar de fora dos grupos de transição.

Com esse cenário, Lula optou por uma solução bastante favorável aos militares: acenou com a preservação dos espaços “tradicionais” de poder dos militares no executivo (MD e GSI), somada à autonomia nas políticas militar (carreira e quartéis) e de defesa nacional (política e estratégia). Além disso, a busca pelo apaziguamento também assegurava que o governo não buscaria “vingança”, se abstendo de responsabilizar militares que aderiram ao governo Bolsonaro, e prometia investimentos na indústria de defesa e nos projetos estratégicos das forças, engajando os militares na agenda de desenvolvimento nacional a partir da reindustrialização do país.

Em última análise, a proposta de “pacificação” do governo buscava restituir a “normalidade” das relações entre civis e militares do pós-ditadura: o governo de plantão reconhece as FA, sobretudo o Exército, como um dos atores no sistema político, negocia sua “neutralidade” política pela ocupação de espaços de poder e, em troca, recebe gestos de subordinação formal, ausência de ações desestabilizantes que possam comprometer a governabilidade ou até levar a um golpe de Estado. No caso de Lula, além desse “normal” marcado por um pacto de equidistância¹, foi necessário acrescentar a despartidarização dos quartéis, em grande parte mobilizados em torno de Bolsonaro e do bolsonarismo.

Nesse sentido, Lula entregou de “porteira fechada” dois ministérios ao Exército, apenas nomeando ministros de sua confiança: no GSI, o general Gonçalves Dias, o único considerado “lulista de carteirinha” e sem a predileção do Alto Comando do Exército (ACE); e na Defesa, José Múcio, dissidência da antiga ARENA (partido da ditadura) com amplo

¹ A respeito dessa marca da relação dos militares com os mandatos anteriores de Lula, ver: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>



apoio entre os generais, um político da direita tradicional, com serviços prestados a Lula nos governos anteriores e às FA, no Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar disso, durante a transição, Múcio esbarrou na recusa inicial de diálogo, mitigada após o governo garantir o critério de antiguidade para a nomeação dos novos comandantes – ou seja, após abdicar de usar sua pequena margem de influência na escolha dos comandos. Enquanto buscava dissuadir comandantes que acenavam com gestos de insubordinação – os comandantes do Exército e da Marinha nomeados por Bolsonaro saíram antes da posse, pois se recusavam a “bater continência” a Lula - Múcio assumiu o papel de “ministro das Forças Armadas”, inclusive defendendo a legitimidade dos acampamentos em frente aos quartéis. Já Gonçalves Dias, avalizou a permanência da cúpula de militares do GSI nomeada pelo general Augusto Heleno, seu antecessor e liderança ideológica do bolsonarismo.

Com esse conjunto de ações, o governo seguia sua linha pragmática, de composição com o partido militar e apostando no “centrão fardado”. Embora o antipetismo e o liberal-conservadorismo produzissem grande coesão entre o generalato, o 8J deixou clara uma divisão interna.

De um lado, generais liderados por Braga Netto, Augusto Heleno e Eduardo Ramos, com o reforço de coronéis da ativa, buscavam adesão do ACE na desestabilização do governo eleito, visando impedir sua posse – posteriormente, se descobriu o plano de decretação de um “estado de defesa” para prender um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e opositores, anular o resultado eleitoral e convocar novas eleições.

De outro, generais da cúpula do Exército que percebiam a ausência de condições mínimas para o plano de golpe de Estado. Estruturalmente alinhados aos EUA, esses militares receberam sinais claros de ausência de suporte nessa direção. Diante do risco grande de fracasso político e do alto custo para a instituição, se limitavam a manter os acampamentos para aumentar seu poder de barganha com o novo governo. Para o antipetismo dividido, somente um “fato novo” poderia mudar a conjuntura e favorecer a solução golpista.

8J e suas consequências imediatas

Obra conjunta ou não, o fato é que os ataques do 8J produziram uma grande perturbação da ordem política-institucional. Ainda que perdurem discussões teóricas sobre a classificação do fenômeno (revolta, insurreição, tentativa de golpe), restou clara a participação das cúpulas da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Exército e do GSI na sabotagem do



sistema de segurança que permitiu tanto a mobilização quanto a execução dos ataques. No caso específico do Exército, tal participação foi mais incisiva a partir de seu ingresso como fiscal das eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob presidência de Barroso, com o general Braga Netto, seguido do general Nogueira, no comando de ações desestabilizadoras do processo eleitoral pelo uso de técnicas de “contra-inteligência”.

Foi um cenário perfeito para legitimar novamente a entrega ao Exército de poderes excepcionais de “mantenedor da ordem”. Graças à desconfiança do governo e do STF com a cúpula militar, a concretização do cenário desejado foi interrompida. Em vez de optar pela decretação de uma operação de Garantia de Lei e de Ordem (GLO), o governo decretou a intervenção federal e conseguiu, mesmo com a resistência imediata do Comandante do Exército, general Dutra, neutralizar os ataques nomeando um civil como interventor.

Restabelecido o controle da esplanada, Lula soube aglutinar as cúpulas dos três poderes e, reunindo inclusive opositoristas, liderou uma reação institucional que lhe emprestou amplo respaldo na elite política, sobretudo do STF, para adoção de medidas como a troca de comando do Exército. Dias após os ataques, em que Lula falava abertamente na perda de confiança nas FA, foi demitido o comandante do Exército, general Arruda. Lula nomeou o general Tomás Paiva.

Então à frente do Comando Militar do Sudeste, Tomás Paiva havia proferido à tropa discurso de respeito ao resultado eleitoral, obediência às autoridades eleitas e afastamento dos militares da política. Em seguida, um áudio foi “vazado” em que apareceria reconhecendo a subordinados que todos eram conservadores, e por isso decepcionados com a vitória de Lula, mas que era preciso aceitar o resultado. Ao assumir, Tomás Paiva promoveu atos simbólicos de subordinação ao presidente. Além disso, aceitou alguns vetos à política militar e afastou o tenente-coronel Mauro Cid, ajudante-de-ordem de Bolsonaro, do comando do Batalhão de Ações e Comandos de Goiânia, organização militar especializada em “operações especiais” voltadas para a segurança interna com forte orientação ideológica.

A partir dessa troca, uma série de revelações envolvendo coronéis e oficiais do Exército emergiram. Lideradas pelo STF, tais revelações reforçavam a legitimidade de demissões de militares no segundo e terceiro escalões do governo, sobretudo no GSI. Além disso, a segurança presidencial passou a ser realizada pela Polícia Federal (PF) e a Agência de Inteligência Brasileira (Abin), deixou o GSI para ser vinculada à Casa Civil.

Depois disso, o governo claramente buscava distância de qualquer iniciativa que “estressasse” a subordinação negociada recém pactuada com os militares. Enquanto o STF



avançava nas investigações e em medidas cautelares, o governo se postou contra a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos ataques antidemocráticos (CPMI), costurada no parlamento. Saiu derrotado e a CPMI foi instalada.

Seguindo o histórico de comissões anteriores, a CPMI foi importante para manter na agenda política a responsabilização pela tentativa de golpe de Estado, mas pouco avançou para além das investigações já abertas pelo STF. Além disso, o governo atuou para poupar generais de depoimentos em nome da “pacificação”. Mesmo com essa postura, fracassou em proteger o único “general lulista”, que caiu após desgaste por sua gestão temerária no GSI, sobretudo nas semanas que antecederam o 8J. Ao final, a CPMI poupou Gonçalves Dias e indiciou coronéis e generais do GSI, do Comando Militar do Planalto e do Batalhão da Guarda Presidencial, assim como de comandantes da PM do Distrito Federal e as principais lideranças militares do governo anterior – Bolsonaro, Augusto Heleno e Braga Netto.

Em meio a CPMI, a estratégia da conciliação levou o governo a recuos. Primeiro, em relação ao GSI. Apesar de iniciativas que buscavam a extinção do GSI - tradicional “Estado-Maior” do Exército na Presidência da República, o ministério foi mantido e entregue para o general Amaro, indicado pelo novo comandante.

Após assumir, o novo ministro fez algumas trocas pontuais, visando substituir oficiais militares comprovadamente envolvidos nos ataques. Apesar de discreto, passou a atuar para expandir o poder do GSI, recuperando a função de segurança do presidente. Amaro também se posicionou contra o Projeto de Lei do Ministério da Defesa – leia-se, do comandante do Exército – que buscava proibir a militares da ativa ocupação de cargos de confiança política. Ganhou apoio do líder do governo, Jacques Wagner, e do ministro da Defesa José Múcio para preservar militares indicados como ministros de Estado.

Na segurança pública, o governo conseguiu promover uma mudança na política armamentista. Além de revogar e/ou alterar uma série de decretos que turbinaram a economia das armas, colocando mais de um 1 milhão de armas em circulação no país, foram suspensos novos registros de Caçadores, Atiradores Desportivos e Colecionadores. Com a nova regulamentação, os chamados “CACs”, clubes que se tornaram células de fraternidade bolsonaristas espalhadas no território nacional, também passaram para o guarda-chuva da Polícia Federal, deixando de serem controladas pelo Exército. Porém, a centralização na PF do sistema de controle das armas segue pendente e o Exército, no fim do ano, voltou a autorizar novos registros.



No restante da área de segurança pública, o governo reproduziu atos que revelam ausência de programa ou políticas públicas que se diferenciem da solução bolsonarista. E, apesar do próprio presidente afirmar que em seu governo não se decretaria sequer uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), bastaram dez meses para chegar a primeira. Ainda que se limite a portos e aeroportos, o fato novamente arrasta os militares para a política, repete receitas fracassadas e representa um negacionismo científico, se considerada a ampla produção acadêmica em sentido contrário. Além disso, é sintoma de uma pressão velada da cúpula militar para manter seu papel protetor da segurança interna e resgatar certo prestígio perdido por ocasião do 8J e seus desdobramentos.

Em outra ponta, o governo também tem cedido no enfrentamento do passado autoritário da instituição militar. Primeiro, represando a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP) supostamente para não “estressar” uma ala considerável de oficiais nos quartéis. Segundo, ao não retomar as políticas de reparação integral e de memória da Comissão de Anistia, que sequer conseguiu iniciar a promessa de revisão de decisões da gestão anterior. Terceiro, em não retomar a implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Para além desses recuos ou inações, o governo confirmou altos investimentos para a área de defesa no orçamento de 2024, reafirmando sua agenda “desenvolvimentista” para as FA. Na prática, trata-se de uma irrigação bilionária em projetos de cada força que não contam com participação do governo ou da sociedade em sua elaboração, reproduzindo o mesmo modelo autoritário de formulação de política pública do governo anterior. No mérito, pouco servem à defesa nacional e não mexem nos 80% de gastos com pessoal, ponto central do debate orçamentário de defesa. Mas, apesar de subsidiar a ampliação da autonomia militar, historicamente tal movimento se mostrou uma tática recorrente para a subordinação pactuada, portadora de calma momentânea nos quartéis.

Desdobramentos futuros

Enquanto consequência da acomodação, é importante traçar um quadro de relações de forças entre governo e militares para os próximos anos. Ao que tudo indica, o governo seguirá a tática de deixar para o STF a missão de responsabilizar o alto oficialato militar pela tentativa de golpe.



A nomeação de Gonet para a Procuradoria-Geral da República (PGR) serviu, ao mesmo tempo, de aceno à direita conservadora e de reforço à aliança entre Lula e os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, lideranças dentro da corte engajados no enfraquecimento do bolsonarismo. Com o reforço de Flávio Dino, que assumirá uma cadeira em fevereiro deste ano, as condições estão criadas para manter as investigações como um poderoso instrumento de contenção do bolsonarismo nas eleições municipais e nos quartéis.

Porém, não é de se esperar condenações em 2024 e, até 2026, é provável que novamente os generais sejam poupados em uma negociação com as Forças Armadas. Talvez, a exceção seja o almirante Garnier, apontado pelo tenente-coronel Mauro Cid como o único comandante de Forças a garantir adesão da tropa ao plano frustrado de golpe de Estado. Seria um movimento do Exército para reforçar sua narrativa de “garantidores da democracia” que pode tensionar a relação com a Marinha. Entretanto, a tendência da “normalidade” é a conciliação, perdurando a cultura da impunidade ao generalato em nome da “pacificação”.

Essa tendência pode ser explicada pelo quadro de posições de poder após um ano de governo. Se comparado ao quadro anterior, pode-se destacar duas perdas de poder ainda dependentes de consolidação. A primeira, no controle das armas dos CACs. A segunda, a retirada da Abin do guarda-chuva do Exército pelo GSI.

Ao contrário das demais tentativas – com Collor (1990) e com Dilma (2015/2016), desta vez uma outra corporação estruturada – a Polícia Federal – está sendo responsável pela reforma do Sistema de Inteligência Brasileiro (SISBIN) que ampliou o poder da Escola Nacional de Inteligência. No entanto, dez anos depois da extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), o Exército recuperou esse importante instrumento de poder político da segurança interna. Com a preservação do GSI, deve ser uma tendência incursões no mesmo sentido, sobretudo valendo-se da aparência democrática que um eventual “retorno à normalidade” conferirá ao Exército. Em que pese a disputa corporativa com o Exército, também é preciso considerar como irá repercutir na atuação da Polícia Federal a influência do Departamento de Estado dos EUA, ocorrida sobretudo durante a Lavajato.

Considerados esses dois avanços temporários, a principal consequência do “pacto de convivência” foi a ampla preservação dos espaços de poder conquistados historicamente pela organização e ampliados após a ditadura:

- Na presidência, o GSI foi mantido de “porteira fechada” e a segurança presidencial recuperada, apesar da perda temporária da Abin, que será foco de disputa corporativa por sua importância estratégica;



- Na defesa, o ministério foi preservado de porteira fechada, assim como a função do titular da pasta em representar os interesses das forças. Assim, os preparativos para a criação de uma carreira civil em defesa se desenrolam sob o comando dos militares e a ESG de Brasília (Escola Superior de Defesa), criada no governo anterior, foi turbinada em sua missão de influenciar ideologicamente o serviço público federal;
- Além disso, os documentos estratégicos – política e estratégia nacional de defesa – permanecem sendo escritos e decididos pelas forças, completando um cenário de autonomia programática;
- No Superior Tribunal Militar (STM), avança um projeto de ampliação de sua competência, para abarcar os processos de militares no judiciário civil (revisões de atos disciplinares, hoje foram da competência da justiça militar); e seu presidente, Brigadeiro Joseli, tem colaborado para demonstrar que a subordinação negociada não afasta a coesão ideológica entre os militares das forças;
- No Congresso, a Assessoria Parlamentar de cada força permanece atuando no trabalho de lobby junto a parlamentares. Sem encontrar contraponto organizado nas áreas de defesa e segurança, logram grande êxito na tramitação de projetos de seus interesses e no represamento de outros contra seus interesses. Um bom exemplo foi a articulação autônoma do comandante da Marinha junto à liderança da oposição – Carlos Portinho (PL/RJ) – para incluir a obrigatoriedade de 2% do PIB no orçamento de defesa, proposta que passou a contar com apoio do próprio governo, liderado por Jacques Wagner e José Múcio;
- Na segurança pública, permanecem com a atribuição de polícia na faixa de fronteira (Exército) e na costa atlântica (Marinha), inclusive engajadas em operações conjuntas com as forças policiais. Além de ser combustível da militarização da sociedade, tem por efeito a transferência de valores e do “ethos” militar.

Em paralelo, o Exército tem atuado fortemente para melhorar a sua imagem, abalada por sua adesão ao governo Bolsonaro e participação de oficiais no 8J. Para tanto, tem investido na visibilidade das “ações subsidiárias” – atuação estratégica em políticas públicas que produzem imagem positiva e que alimentam a consigna “mão amiga”. Além da atuação na defesa civil, na área ambiental e de saúde, se destaca o programa Calha Norte. Com abrangência estratégica na região norte e centro-oeste, se manteve desde o fim da ditadura e foi ampliado, funcionando como uma espécie de autarquia do Exército voltada para populações indígenas e municípios amazônicos com orçamento milionário. E, mantendo e ampliando suas atribuições na segurança pública, alimenta sua imagem de “braço forte”.



Com esse cenário de “acomodação”, é possível identificar movimentos de expansão da autonomia das FA, e não ao contrário. Portanto, a consequência de médio prazo dessa tática será a ampliação dos poderes políticos dos militares e seu fortalecimento para serem reengajados na disputa de poder com eventual crise econômica, política e social.

Outro importante desdobramento será em relação às Polícias Militares (PM’s). Ao contrário das Forças Armadas, o desengajamento político-partidário desses militares sequer foi alvo de proposta governamental. Além disso, foi aprovada uma reforma do regulamento geral das PM’s que ampliou a autonomia dessas corporações em relação aos governadores. Mantidas como forças auxiliares e reservas do Exército, as PM’s também tiveram suas competências expandidas.

Apesar de alguns avanços de controle da política pública de segurança, o novo desenho institucional tenderá a aumentar o poder político de corporações altamente ligadas à extrema direita no Brasil, sobretudo ao bolsonarismo. Assim como historicamente ocorreu com as Forças Armadas, parece haver uma crença disseminada entre a esquerda institucional que é possível cooptar oficiais e até mesmo disputar tais corporações. Em razão das estruturas estaduais de ocupação de cargos, essas por sua vez possuem militares com capacidade de demonstrar afinidades pessoais e até políticas com governadores associados à esquerda.

Essa dinâmica típica do jogo democrático, de barganha partidária por ocupação de espaços e governabilidade, pode explicar o que levou o governo a apoiar o projeto. Embora tenham possíveis resultados conjunturais, ampliam a autonomia dessas corporações, mesmo que eleitoralmente elas sigam quase integralmente elegendo representantes da extrema direita.

Além disso, muito por conta dessa cultura de acomodação, a sucessão de medidas de exceção que levou os militares ao poder – sobretudo a Lava Jato e a prisão de Lula – já são águas passadas e diversos atores do golpe de 2016 estão “reintegrados” ao jogo institucional. Em outras palavras, a defesa da democracia serve para a direita tradicional que atuou no golpe de 2016 recuperar seu quinhão - eleitoral e de poder - perdido pelo avanço da extrema-direita a partir do governo Bolsonaro.

E agora, o que esperar?

Depois de um ano de governo Lula 3, é possível concluir que foi conquistada uma subordinação dissimulada dos militares. Assim como ocorre no Congresso, o governo navega em águas turbulentas e buscou pactuar com o generalato um contrato de convivência



entre opostos a partir da institucionalidade. Em outros termos, Lula precisou negociar o respeito ao resultado eleitoral e a aceitação de sua posição de governante, apenas voltando ao molde da tutela militar pós-1985.

Essa aparente subordinação também repousa em uma briga da família militar, mostrando diferenças entre Bolsonaro e o bolsonarismo. O primeiro passou por uma ofensiva do judiciário e, de forma mais tímida, do parlamento, como principal liderança da tentativa de golpe de Estado. Foi, inclusive, alvo de medidas cautelares e tornado inelegível por oito anos, ainda que caiba uma revisão pelo STF. Seu ajudante-de-ordens, formado na Academia Militar das Agulhas Negras e filho de um ex-integrante da cúpula do Exército, foi preso e segue em prisão domiciliar. Tudo isso sem um movimento de oposição das 1.406 organizações militares ligadas ao Exército. E com a submersão dos generais Braga Netto, Augusto Heleno e Ramos.

Se Bolsonaro termina enfraquecido, sem a disposição do atual comando em protegê-lo, é de se duvidar que o mesmo ocorra com o bolsonarismo. É verdade que uma parte da queda da imagem do Exército corresponde à frustração de uma parcela do bolsonarismo militante com o desembarque dos militares no golpe. Contudo, se entendido como um subproduto da ideologia dos militares e da extrema-direita no Brasil, o bolsonarismo tende a sobreviver atento às rápidas mudanças conjunturais, sobretudo por sua penetração entre neopentecostais, agronegócio e empresariado. Ademais, muitos coronéis, a camada do oficialato mais militante do bolsonarismo, em breve ascenderão na carreira com a possibilidade de chegarem ao generalato.

Já no plano internacional, o pragmatismo das Forças Armadas em seus negócios na indústria bélica foi favorecido pelos termos pactuados com o governo. O retorno de igual pragmatismo do governo nas relações exteriores e a agenda de projeção internacional considerando a nova ordem multipolar, não parecem fora do pactuado. Sem prejuízo do retorno dessa “normalidade”, posições internacionais que confrontem símbolos da extrema-direita no mundo – sionismo e anticomunismo – tendem a ser mobilizadas por lideranças como Milei e Trump. Caso se confirme o retorno deste nos EUA, é de esperar um reencontro entre Bolsonaro e bolsonarismo com reflexo nos militares.

Como bem se pode observar, boa parte das questões conjunturais deságuam no recorrente tema da correlação de forças. Não por acaso, umas das consequências da estratégia da conciliação é a desmobilização popular. No caso de Lula 3, a desmobilização social parece também atrelada à busca pela desmobilização militar na política. Ao que tudo indica, o



governo seguirá nessa toada, sem promover alguma reforma que diminua a autonomia militar.

Por outro lado, a disposição institucional do STF, agora reforçado com Flávio Dino, pode canalizar tímidas incursões da sociedade civil lideradas por setores progressistas empenhados na defesa da democracia eleitoral. Contestar o forte lobby militar no Congresso e no governo, assim como mobilizar a academia, sobretudo das áreas de defesa e segurança pública em torno de uma conferência nacional, seriam medidas viáveis do ponto de vista institucional.

Na mobilização popular, antagonizar com a ditadura de 1964 tem se mostrado um caminho de luta ideológica, visto que é uma viga da ideologia hegemônica da extrema direita, especialmente das instituições militares. Para a força oposta que virá, convém dar uma saída institucional para um eventual comandante que aceite modelar esse antagonismo reforçando os pilares da hierarquia, disciplina e coesão da corporação.

Em miúdos, a relação entre Lula 3 e militares tende a ser orientada por acordos em troca da governabilidade, seguindo a aposta da priorização da agenda econômica. Enquanto na extrema-direita a segurança continua sendo o foco mobilizador, com a esquerda, os militares parecem ter encontrado uma fenda histórica na crença de seu justo engajamento no desenvolvimento econômico. E assim a tutela sobrevive com um, pelo braço forte; com outro, pela mão amiga.

Como citar este boletim conjuntural

TRICONTINENTAL. **GOVERNO LULA 3 E AS FORÇAS ARMADAS.** Boletim Especial nº1/2024. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Jan 2024.

Fale conosco: brasil@thetricontinental.org